

MESA-REDONDA

REPENSANDO A LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA INEZ SALGADO DE SOUZA – Fac. De
Educação - UFMG

"A história (ensinada) não era apenas palavras numa página, nem as ações de reis e primeiros – ministros, não apenas eventos. História era o suor, sangue, lágrimas e triunfos de um povo ... o nosso povo. (Saville)

Acredito ser extremamente oportuno o tema deste debate e creio que este é um momento para se esclarecerem dúvidas ou até mesmo expressarmos nossas opiniões sobre tão controverso tema a licenciatura em História.

A oportunidade desse debate servira para levantarem-se as questões que cercam polêmico assunto e procurarei fazê-lo não em termos do que são atualmente os cursos de licenciatura mas do que poderá vir a ser.

Existem já análises que eu chamaria de clássicas, como as de Déa Fenelon, Elsa Nadai Raquel Glezer, para só citar as mais conhecidas, onde são mostradas o descompasso entre os *cursos* de História e o "ensino de História". Eventos foram realizados para se discutir o tema, com excelentes contribuições para o debate, tais como as originadas no seminário "Perspectivas do Ensino & História", em 1988, na USP, ou no grupo de Prática de Ensino de História no V ENDIPE, em 1988 na UFMG. A tônica das discussões foi, neste último, a constatação de que dever-se-ia ultrapassar etapa das críticas e partirmos, nós, os professores de Prática de Ensino para propostas conjuntas que visem o redirecionamento dos aspectos julgados críticos.

Creio que o encontro regional da ANPUH é um "locus" apropriado para apontarem-se novos caminhos da prática docente em História. Aqui estão reunidos professores universitários, pesquisadores alunos de cursos de História e professores de 1º e 2º graus. Isto é, todos aqueles a quem interessa e toca de perto, ao menos em tese, a questão da licenciatura de História tal como vem sendo, proporcionada e para onde deve evoluir. Assim, peço licença para não tecer unicamente considerações sobre a realidade atual do ensino, mas voar mais alto e fazer uma digressão acerca da "licenciatura que gostaríamos de poder oferecer aos estudantes de História que desejarem tomar-se professores".

Por que ideal? Porque creio que aquilo que vou propor aqui poderá parecer utópico, fora da realidade, difícil de ser executado, mas foi o presente debate e sucessivas críticas de professores e alunos que levaram-me a esse esboço de encaminhamento para o dilema da Prática de Ensino.

O que fazer, pois, quanto a formação acadêmica do profissional de História?

Como ponto de partida, e preciso que se esclareça o que se entende aqui por "licenciatura em História". Ao me referir a ela, estou pensando "lato sensu" naquele profissional que cabe, não somente a mim, enquanto professora de Prática de Ensino, formar, mas sim a todos os professores do curso de História, quer se envolvam ou não diretamente com os aspectos pedagógicos dessa formação. Para se entender esta proposição é necessário que se responda a uma questão básica subjacente: o que é a licenciatura? O que esse vocábulo denota? O que esse nome nos traz a mente e sempre o fato de estar vinculado às questões da qualificação do profissional que se destina ao ensino. No atual sistema, esta qualificação é atribuída ao ciclo de formação docente, que geralmente dá-se no âmbito das Faculdades de Educação. Nos institutos ou faculdades de origem, quando falamos de universidades, esta destinação profissional do estudante não é jamais articulada - nem sequer se menciona ao aluno durante o curso - a problemática envolvida pela licenciatura. Acredito não ser isto apenas uma mera falha burocrática mas um erro conceitual. Nossa contribuição nessa mesa-redonda procura refletir nossa preocupação com este aspecto da formação do profissional de História que se destina a carreira docente.

A experiência, enquanto professora e pesquisadora, possibilitou minha participação nesta mesa-redonda e com base nela que tentarei esboçar algumas idéias e propor a viabilização de uma nova conceitualização do que seja a "qualificação do futuro professor de História". O princípio do qual parto é que não se deve dissociar ensino de pesquisa, não se deve segmentar o curso de História entre a preparação acadêmica do pesquisador e professor universitário e a preparação pedagógica dos futuros professores de 1º e 2º graus. Isto posto, pode-se então falar a respeito da formação ideal do profissional que devem os cursos de História estar aptos a qualificar.

A atualização teórica e o conhecimento, bem como a prática da pesquisa histórica, pelos professores e alunos dos cursos de História, podem e devem iluminar a futura atuação docente desses profissionais. A extrapolação dos limites da história narrativa, cronológica, institucional deve-se dar não apenas em nível do mundo acadêmico, mas também deve-se fazer parte integrante da nova perspectiva educacional da História. Com isso quero dizer que o que já se faz nos cursos de bacharelado e pós-graduação deve passar a ser praticado nas escolas de 1º e 2º graus. Impossível? Não se trata de colocar professores dos cursos elementares como pesquisadores e os alunos como "aprendizes de feiticeiro", trata-se de colocar a História escolar no lugar que ela merece: o de uma ciência ou campo do conhecimento com metodologia própria que vem avançando e sendo reavaliado constantemente. O que é necessário para que isso se processe? Primeiro, uma rediscussão da qualificação profissional do futuro professor. O encarregado de estabelecer a ponte entre o "conhecimento histórico" e o "ensino de História" será o futuro professor, aluno do que chamamos atualmente de "licenciatura". Ele será o intermediário, o capacitador do entendimento da ciência da História por todos aqueles que, na escola elementar, ou no segundo grau, se defrontarão com esse conhecimento e o recriarão, na medida em que forem levados a conhecer e ampliar o significado da "história que não está nos livros".

Para tornar a proposta do novo ensino de História viável, o professor deve estar devidamente instrumentalizado. Vale dizer que a sua qualificação profissional tem de ser reestruturada com esse fim. Um princípio básico é de que não se deve dissociar os conteúdos disseminados pelo curso de origem da formação pedagógica, tal qual é feito atualmente. Essa dissociação cria um fosso transponível não apenas entre o nível superior e os outros móveis escolares, como ainda entre

pesquisadores e professores, entre criadores e repetidores, entre a história científica e a história e pouco mais que conto da carochinha.

A busca de uma integração entre os conteúdos e sua metodologia e a parte pedagógica e sua transformação em prática docente deverão passar pela resposta a três tipos de questões:

- que teorias de história vem alimentando a pesquisa?
- que teorias de história alimentam o ensino?
- como se trabalhar com as teorias de história no ensino?

Não cabe aqui dar as respostas, dada a exiguidade do tempo e da natureza deste debate, sim colocar que diretrizes sugeririam para um possível redimensionamento da qualificação dada professor de História em nosso País.

Tendo como pressuposto o compromisso da Nova História com a história popular, ou com quem Marc Ferro, com uma "história dos povos sem história", pode-se apontar como objetivo dessa nova conceituação de profissional da história a democratização da produção da história. Democratizar a produção da história significa ampliar a lista dos que a escrevem aplicando a experiência ^ presente ao conhecimento e interpretação do passado. Um grande número de novas histórias acha-se disponível ao alcance daqueles que saibam e possam delas tirar proveito. Falo aqui de todas as formas de história listadas por Le Goff: a história oral, a história vinda de baixo, a história feita a partir dos arquivos locais. Formas estas que são do domínio do universitário mas que ainda não são conhecidas; pelo professor que continua repetindo os manuais didáticos. Tudo isso faz parte de um movimento que vem se dando principalmente em países da Europa, onde a classe trabalhadora, de fora da universidade, reivindicou para si a participação na produção do conhecimento sobre sua evolução histórica. Este movimento é sem dúvida de uma história originada "de baixo para cima", como a que vem sendo feita na Inglaterra por comunidades locais de trabalhadores. Esta história mudou os focos de interesse: de nacional passou a ser local, de uma história das instituições passou a uma história do cotidiano, da arte de governar ao estudo da cultura popular. Assim a história popular propõe um revigoramento a base da história, amplia seus objetos e permite a utilização de novas matérias-primas para processar o conhecimento histórico. Todos esses integrantes, acredito, poderiam ser transportados para os cursos de história, fazendo-se através deles a instrumentalização dos futuros professores, pesquisadores e incentivadores da pesquisa em história popular nas comunidades.

O que se propõe aqui, enfim, é uma oposição cerrada à erudição estéril de muitos de nossos cursos de História, os quais contribuem de forma negativa para a história que é ensinada nas escolas. É necessário que os cursos de História se conscientizem de seu papel na formação do profissional de história como um todo: destine-se ele à pesquisa, docência ou a ambos. Para tanto, deve-se estimular uma integração entre os responsáveis tanto pelas disciplinas de conteúdo específico quanto as de conteúdo pedagógico. Para que isso se dê, é imprescindível uma discussão prévia de "que história vai ser ensinada", "para que fim".